



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA MUNICIPAL

NOME DO CANDIDATO:

ASSINATURA:

CADERNO DE PROVA

PROCESSO SELETIVO

ESTAGIÁRIO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

INSTRUÇÕES:

1. Para a realização das provas, o candidato deverá comparecer ao local de prova munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis, borracha e prancheta ou outro suporte de apoio;
2. Durante a realização das provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade e da coleta da assinatura;
3. Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que:
4. Não estiver munido do original do documento de identidade usado na inscrição;
5. Que se apresentar após o horário indicado para início da prova.
6. Será excluído do exame o candidato que:
7. Se negar a ser identificado;
8. Se retirar do recinto durante a realização das provas sem a devida autorização;
9. For colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizada;
10. Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
11. Desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.
12. A prova será composta de 10 (dez) questões objetivas, cada qual com peso de 5,0 (cinco) pontos e 02 (duas) questões subjetivas, cada qual com peso de 25,0 (vinte e cinco) pontos, com duração de **duas horas**.

GABARITO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	C	E	A	D	D	E	B	E	C



QUESTÕES OBJETIVAS:

1) O Município é identificado na Constituição Federal/88 como ente federado que compõe a República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º. Os outros dois entes que completam a composição são: Estados e Distrito Federal. A Constituição Federal preconiza, no art. 2º, que são poderes da União o Legislativo, Executivo e o Judiciário. Algumas normas da Constituição Federal devem ser, necessariamente, replicadas pelos Estados e Municípios. Essa obrigação decorre do princípio constitucional da simetria, que cria referidas regras de reprodução obrigatória aos entes.

Com base na realidade local, contextualizado com a simetria constitucional, é correto afirmar que são Poderes do Município, harmônicos e independentes entre si:

- a) Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público;
- b) Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas;
- c) Legislativo, Executivo e Judiciário;
- d) Legislativo e Executivo;**
- e) Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público e Justiça Eleitoral.

2) O ato administrativo pode ser definido como a forma de exteriorização da vontade da Administração Pública, seja em caráter contínuo ou instantâneo. Partindo dessa premissa, é válido afirmar que, a rigor, o ato administrativo é, seguramente, o objeto primordial de análise de correção daqueles que atuam no controle externo da atividade administrativa pública. A doutrina, majoritariamente, define os elementos de constituição do ato administrativo: forma, motivo, competência, objeto e finalidade.

Com base na lição doutrinária acerca dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) a sinalização de parada ao motorista, emanada por um guarda de trânsito durante uma “blitz”, não é considerada um ato administrativo;
- b) o ato de exoneração (*ad nutum*) de um servidor ocupante de cargo em comissão deve ser sempre motivado, sob pena de ilegalidade por vício de objeto;
- c) de acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, acerca da autotutela administrativa, quando a Administração Pública reconhecer a ilegalidade de ato administrativo já emanado, poderá anulá-lo;**
- d) de acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, acerca da autotutela administrativa, quando a Administração Pública reconhecer a superveniente inconveniência do ato administrativo praticado, deverá anulá-lo;
- e) o elemento *finalidade* do ato administrativo é o único que pode ser convalidado, em caso de vício.

3) Os servidores públicos municipais estão submetidos ao regime jurídico próprio, na forma da lei. A normatividade prevê regras disciplinares aos servidores públicos, dentre as quais encontram-se deveres funcionais e proibições.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA MUNICIPAL

Acerca do regime disciplinar de servidores públicos, é correto afirmar:

- a) os servidores públicos podem ser penalizados sem necessidade de prévia instauração de processo disciplinar, que só será obrigatório quando se tratar de fato punível com demissão;
- b) apenas se submetem ao regime disciplinar os servidores públicos efetivos;
- c) a Administração Pública, sempre que desejar proceder a abertura de processo disciplinar contra servidor público, solicitará autorização judicial, sob pena de nulidade;
- d) o Chefe do Poder Executivo está sujeito ao regime disciplinar, na condição de potencial processado, acaso descumpra com os deveres funcionais ou viole alguma proibição;
- e) **a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.**

4) A Constituição Federal, no art. 5º, elenca rol de direitos e garantias individuais aos brasileiros e estrangeiros residentes no País.

Sobre referidos direitos e garantias, é correto afirmar que:

- a) **aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;**
- b) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, exceto quando a prova produzida for imprescindível a condenação do processado;
- c) no âmbito da Poder Executivo, em processos disciplinares, o servidor público será sempre processado e julgado pelo Presidente do Poder Legislativo da respectiva esfera federativa, em respeito a harmonia entre os Poderes;
- d) a decisão proferida em processo disciplinar não poderá, em qualquer caso, ser objeto de revisão judicial, como decorrência do princípio da deferência, que se enquadra como única exceção à regra da Inafastabilidade da Prestação Judicial;
- e) o princípio da legalidade estrita (administrativa) prevê que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

5) Em termos gerais, o processo legislativo é a instrumentalização do procedimento que visa a edificar a vontade popular por meio da criação de leis.

No Município de Goioerê, de acordo com a Lei Orgânica, é correto afirmar:

- a) o Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação da Câmara Municipal, poderá votar normalmente, por se tratar de ato político insuscetível de perquirições sobre eventual pessoalidade;
- b) o Prefeito não poderá vetar projetos com base no argumento de inconstitucionalidade, por não possuir conhecimento jurídico para tanto;
- c) a Lei Orgânica somente poderá ser emendada por proposta de membros da Câmara Municipal;
- d) **compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre criação, estruturação e atribuições da Administração Pública;**



e) em caso de relevância e urgência, o Prefeito poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato Câmara Municipal.

6) Acerca do tratamento constitucional dos servidores públicos, pode-se afirmar que:

- a) a prolação de sentença judicial transitada em julgado é a única hipótese na qual o servidor público estável perderá o cargo;
- b) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele readaptado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reintegrado ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
- c) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, sendo que, após aquisição de estabilidade, o servidor apenas perderá o cargo se a autoridade competente o exonerar mediante ato devidamente motivado;
- d) **como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade;**
- e) servidores públicos não terão direito de greve em hipótese alguma, em razão da indisponibilidade do interesse público.

7) Heinrich Heine, poeta alemão, demonstra por meio de um curto escrito o quão natural pode ser a conduta odiosa e vingativa do homem como [um] traço característico de “superego”, independentemente do bom ambiente no qual está inserido e da colossal felicidade – que, em alguns casos, somente se aperfeiçoará seguindo o epílogo da maldição recaindo contra inimigos: “Tenho a mais pacífica disposição. Meus desejos são: uma modesta cabana com teto de palha, mas uma boa cama, boa comida, leite e manteiga bem frescos, flores diante da janela, em frente a porta algumas belas árvores e, se o bom Deus quiser me tornar inteiramente feliz, me concederá a alegria de ver seis ou sete de meus inimigos serem enforcados nessas árvores. De coração tocado eu lhes perdoarei, em sua morte, todo o mal que na vida me fizeram – pois devemos perdoar nossos inimigos, mas não antes de serem executados” (HEINE, apud FREUD, 2011, p. 56. O mal-estar na civilização).

No âmbito da Administração Pública, existem elementos normativos que visam inibir atuações vingativas com o manejo ilegítimo de poderes de autoridade, dentre os quais se destaca o princípio da impessoalidade, previsto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

Sobre o princípio da impessoalidade, é correto afirmar:

- a) a sujeição à normatividade do princípio da impessoalidade é restrita aos agentes políticos que atuam na Administração Pública, pois os agentes administrativos (servidores públicos em geral) atuam sob a regência do respectivo regime disciplinar;
- b) a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA MUNICIPAL

comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, não viola o princípio da impessoalidade, mas tão somente o princípio da boa governança;

c) o princípio da impessoalidade foi inserido na Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda Constitucional nº 19/98, que visava adotar o modelo de “administração gerencial” na atuação do Poder Público;

d) o princípio da impessoalidade, apesar de estar previsto na Constituição Federal/1988, não possui caráter normativo, posto que somente haverá ofensa ao preceito se o ato praticado ofender regra prevista em Lei Complementar;

e) o princípio da impessoalidade, em caráter normativo, leva a conclusão de que simpatia ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas, não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie.

8) A Administração Pública, na condição de pessoa jurídica de direito público (bem como as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público), pode ser responsabilizada civilmente a reparar danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

Sobre o tema “responsabilização da Administração Pública”, é correto afirmar:

a) a figura da responsabilização objetiva, prevista no art. 37, § 6º, da CF/88, assevera que a existência do evento danoso e do nexo causal basta para que surja ao Estado a obrigação de indenizar, sem a possibilidade de que este alegue excludentes de sua responsabilidade;

b) sem prejuízo da incidência da responsabilidade objetiva em caso de dano causado pela ação de agente público do Estado, quando se tratar de dano ocasionado por omissão (falta do serviço) a apuração dar-se-á mediante aplicação da teoria da culpa administrativa;

c) sempre que a Administração Pública for responsabilizada a indenizar terceiros, terá direito de regresso contra o agente público que causou o dano, sendo que a responsabilidade deste será igualmente apurada sob o prisma da responsabilidade objetiva;

d) em razão da supremacia do interesse público sobre o privado, o Estado não poderá ser responsabilizado pelos atos de seus agentes, ainda que causem danos a terceiros no exercício das funções públicas;

e) o particular que se sentir lesado por ato de agente público, nessa qualidade, deverá demandar pelo ressarcimento do dano contra este e, necessariamente, contra o respectivo ente público, em litisconsórcio necessário.

9) A Administração Pública possui grande arcabouço normativo à nível principiológico. A Constituição prevê princípios aplicáveis especificamente a atuação administrativa pública, além de outros de caráter geral, implícitos. Sob o aspecto infraconstitucional, cita-se o art. 2º, da Lei Federal nº 9.784/1999, que prevê princípios a serem observados pela Administração Pública.



MUNICÍPIO DE GOIOERÊ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA MUNICIPAL

Assinale a alternativa correta:

- a) o princípio da legalidade estrita diz respeito apenas à lei; não inclui, obviamente, os atos infralegais;
- b) o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado dá enfoque aos deveres do Administrador, já que eles são indisponíveis;
- c) se a Administração age deslealmente, não fere a Constituição Federal pelo princípio da moralidade, mas sim por violação ao princípio da legalidade;
- d) o princípio da supremacia do interesse público justifica todos os atos da Administração que eventualmente molestem direitos individuais, o que retira ilegalidade da conduta;
- e) o princípio da segurança jurídica é aplicável a Administração Pública; em virtude disso as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.**

10) Sobre o poder disciplinar, assinale a afirmativa correta:

- a) quando a Administração aplica uma sanção disciplinar a um agente público, essa atuação decorre imediatamente do poder disciplinar e mediatamente do poder de polícia;
- b) a depender da gravidade da conduta praticada pelo agente público, o ato de aplicação da penalidade pode prescindir de motivação;
- c) não há discricionariedade quanto ao dever de punir quem comprovadamente tenha praticado infração disciplinar;**
- d) o poder disciplinar da Administração Pública se confunde com o poder punitivo do Estado (*jus puniendi*);
- e) o poder disciplinar possibilita que a Administração Pública aplique penalidades contra particulares, sendo a aplicação de multas de trânsito o exemplo mais notável.

QUESTÕES SUBJETIVAS:

- 1) Considerando as hipóteses de vacância de cargo público, discorra, simplificada, sobre a “demissão” (conceito, natureza e caráter do rompimento do vínculo):

Demissão é hipótese de vacância de cargo público em virtude do cometimento de falta funcional por parte do servidor (8,3). Portanto, possui natureza de penalidade (8,3), porquanto a desvinculação possui se dará em caráter definitivo (8,3).

- 2) Considerando o regime jurídico-administrativo brasileiro, explique, de forma sucinta e clara, em que consiste o princípio da “supremacia do interesse público”.

O princípio da supremacia do interesse público consiste na verificação da existência de posição de verticalidade da Administração Pública perante os particulares. Ou seja, diz respeito a possibilidade de que, em determinadas situações, o interesse privado seja mitigado pela prevalência do interesse público por meio do exercício de prerrogativas e poderes especiais. (25,0)